

A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E O ESTADO EM FALÊNCIA

DETERMINAÇÕES À CLASSE TRABALHADORA ¹

Maria Salete Ribeiro²

Resumo: Este artigo aborda a “Crise Estrutural do Capital e o Estado em Falência”, teses do filósofo, István Mészáros, apontam as consequências àqueles que vivem da venda de sua força de trabalho, cada vez mais explorados para sustentar o capital, em sua incessante busca de lucros, avalizado pelo Estado legaliza “roubos e fraudes” aplicados barbaramente ao conjunto dos trabalhadores em esfera global. O Estado que acumula dívidas impagáveis, que somam trilhões para salvar um sistema financeiro em permanentemente colapso, já dá sinais de exaustão. Intensificam-se os ataques e a destruição das conquistas civilizatórias, traduzidas nos direitos sociais e trabalhistas e as rupturas e fragmentações da organização e luta dos trabalhadores, hoje alienados da própria condição humana. Para decifrar essas contradições e determinações históricas que ameaça a sobrevivência da humanidade a teoria social de Marx é a base à crítica radical às organizações societárias assentadas na propriedade privada dos meios de produção, lembrando que são construções humanas passíveis de transformação.

Palavras-chave: Estado; Capital; Trabalho.

¹ Esse texto é uma revisão do artigo elaborado como trabalho final da disciplina, Teorias da Política Social e da Cidadania do Curso de Doutorado Interinstitucional – DINTER UnB/UFMT, ministrada pela Professora Dra. Ivanete Boschetti em 2018.

² Graduada em S. Social, docente no curso de S. Social da Universidade Federal de Mato Grosso e doutoranda em Política Social do DINTER UnB/UFMT.

THE STRUCTURAL CRISIS OF CAPITAL AND THE STATE IN BANKRUPTCY DETERMINATIONS TO THE WORKING CLASS

Summary: This article addresses the “structural crisis of Capital and the state in bankruptcy”, theses of the philosopher, István Mészáros, points to the consequences to those who live from the sale of his workforce, increasingly exploited to sustain the Capital, in his incessant Search for profits, guaranteed by the state legal “thefts and frauds” applied to the whole of workers in the global sphere. The state that accumulates unpaid debts, which add up to trillions, to save a financial system in permanently collapsing, already gives signs of exhaustion. The attacks and destruction of civilizational conquests are intensified, translated into social and labor rights and the ruptures and fragmentation of the organization and struggle of workers, today alienated from the human condition itself. To decipher these historical contradictions and determinations that threatens the survival of humanity, Marx’s social theory is the basis for radical criticism of corporate organizations based on private property of the means of production, remembering that they are Passive human transformation constructions.

Key words: State; Capital; Work.

Introdução

Em tempos obscuros e de riscos à sobrevivência da humanidade, Marx nunca foi tão atual. Como disse Mészáros (2011, p.30), *Marx é mais relevante hoje do que alguma vez já o foi. Pois apenas uma mudança sistêmica radical pode proporcionar a esperança historicamente sustentável e a solução para o futuro.* Marx, com suas obras presenteou a humanidade. Ofereceu a base teórica para a organização e luta dos trabalhadores e ainda hoje ilumina as ideias e acalenta as angustias daqueles que se debruçam sobre suas produções e acreditam que é possível construir uma sociedade livre da

exploração do homem sobre o homem, que acreditam na superação dessas relações e na construção da emancipação humana.

Importante ressaltar, já de início, que a referência teórico crítica marxista dá os fundamentos para essa discussão que pretende traçar um caminho ao dialogar com os autores de referência na busca de decifrar os fenômenos aparentes, próprios da ordem capitalista, como por exemplo, a origem, manutenção e ampliação das desigualdades, mesmo em tempos onde não há escassez. Antes pelo contrário, tempos de superprodução jamais vista na história. Entender a razão de ser desses fenômenos nos termos de Marx, significa apreender a estrutura e a dinâmica da sociedade burguesa [...] *Marx extraiu a lei geral da acumulação capitalista, segundo a qual, no modo de produção capitalista, a produção da riqueza social implica, necessariamente, a reprodução continua da pobreza (relativa e / ou absoluta)* (NETTO, 2011, p.6). E, diga-se de passagem, que essa produção e reprodução da pobreza se mantem, se amplia e se reduz de acordo com a correlação de forças entre capital e trabalho ao longo do desenvolvimento da sociedade capitalista.

Nessa mesma direção, Iamamoto (2008, p.20), ao discorrer sobre Teoria Social de Marx, vai reafirmar a relevância desta [...] *para pensar os dilemas dessa sociedade aprisionada no circuito das finanças, [...] centralidade ao fetichismo que impregna radicalmente a sociabilidade capturada pelo capital e a inversão sujeito-objeto que o caracteriza - a humanidade a serviço de coisas sociais mercantis [...]*. Em outros termos, pode-se afirmar que o capitalismo contemporâneo impõe uma ordem societária reificada que invade todos os espaços da vida social, colocando o ser humano e as estruturas sociais, todos a serviço do capital.

O capital para se manter e se ampliar, ideologicamente esconde sua verdadeira face expansionista, que o impulsiona em busca de lucro, a abertura de novos mercados, novas formas de concentração e acumulação de riquezas. Sem nenhum pudor, para conseguir seu intento, suborna, saqueia e fraudas, chegando a produzir bens descartáveis, como também destruir a própria produção. Nessa ceara, cria estratégias políticas para controlar o Estado e assaltar os cofres públicos em busca de subsídios, isenções etc. Pela via das privatizações e terceirizações abre novos mercados, como também assegura a legalidade para seu roubos e fraudes aplicados, impiedosamente sobre os trabalhadores. Sua lógica assegura destrutiva gera contradições das mais severas na história da humanidade, fazendo lembrar Rosa de Luxemburgo (1999), sobre o contexto histórico do capitalismo imperialista que produziu as guerras mundiais, quando se perguntou se a época a humanidade caminhava para o “socialismo ou barbárie” e que Mézáros (2003) veio acrescentar, quase meio século depois, dizendo: “socialismo ou barbárie se tivermos sorte”. Ainda que a vida nessa sociedade esteja sob ameaça e que já mostra sinais de barbárie é importante refletir sobre o que afirma Netto (2010, p.22),

Os trabalhadores, como o demonstra uma experiência histórica bissecular, não caminham bovinamente para o matadouro. Acuados e postos na defensiva por uma complexa conjugação de processos de que não tiveram o controle (desde as transformações societárias referidas ao colapso do “socialismo real”), encontraram forças para uma *resistência* pontuada [...] as *lutas sociais*, ainda que defensivas, marcaram e marcam a presença dos trabalhadores na contracorrente política do período em tela.

Diante desse contexto, não há outra escolha a fazer, a não ser a defesa dos direitos sociais e trabalhistas, arduamente conquistados,

mas ciente de que estes, são meios à construção da emancipação humana nos termos de Marx e principalmente fazer a crítica radical a essa ordem social perversa, que mostra *o exaurimento das possibilidades civilizatórias da ordem do capital. Em todos os níveis da vida social, a ordem tardia do capital não tem mais condições de propiciar quaisquer alternativas progressistas para a massa dos trabalhadores* (ibid., p.25). Sobre as contradições e perversidades instauradas pelo capitalismo, já diziam Marx e Engels que,

A burguesia desempenhou na história um papel eminentemente revolucionário, onde quer que tenha conquistado o poder, destruiu as relações feudais, patriarcais e idílicas. Rasgou todos os laços que prendiam o homem feudal a seus “superiores naturais”, para só deixar subsistir, de homem para homem, o laço do frio interesse, as duras exigências do pagamento a vista. [...] Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca; substituiu as numerosas liberdades, conquistadas duramente, por uma única liberdade sem escrúpulos: a do comércio, Em uma palavra em lugar da exploração dissimulada por ilusões religiosas e políticas, a burguesia colocou uma exploração aberta, direta, despuorada e brutal (2005, p.42).

A exploração dissimulada de que falam os autores, se mantém e se amplia à medida que o capital domina o sistema “legal formal”, corporificado na figura do Estado sobre o produtor alienado, dos meios de produção, alienado da sua própria condição humana, pois fica refém do trabalho assalariado para seu próprio sustento e nessa seara se mantém a sua permanente opressão. Ainda segundo os próprios autores, *a condição essencial para a existência e supremacia da classe burguesa é a acumulação da riqueza nas mãos de particulares [...] a condição da existência do capital é o trabalho assalariado. Este se baseia exclusivamente na concorrência dos operários entre si* (ibid.p.51). Estes

clássicos desmistificaram a face oculta da organização social construída, sob a exploração de classe desde os seus primórdios, sinalizando que esse sistema não tem outra rota a não ser caminhar para a destruição e a barbárie.

De acordo com Wood (2011, p.28) as produções de Marx deram conteúdo político a sociedade capitalista e revelaram o segredo fundamental da produção nessa ordem societária.

[...] Esse segredo tem um corolário: a disposição de poder entre o capitalista e o trabalhador tem como condição a configuração política do conjunto da sociedade – o equilíbrio de forças de classe e os poderes do Estado que torna possível a expropriação do produtor direto, a manutenção da propriedade privada absoluta para o capitalista, e o seu controle sobre a produção e a apropriação.

Destaca ainda a autora, que Marx, em sua obra o *Capital* Volume I, ao desenvolver a evolução da forma da mercadoria, revela que o *“ponto de partida” da produção capitalista, não é outra coisa senão o processo histórico de isolar o produtor dos meios de produção, um processo de luta de classes e de intervenção coercitiva do Estado em favor da classe expropriadoras* e que levou Marx a conceber o Estado como o *“comitê da burguesia”*.

Na Teoria Social de Marx, teoria e método não estão dissociados, mas é o método que dá o norte que orienta a apreensão crítica da realidade. Para Netto (2011, p.21) o método de Marx, [...] *propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto, capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese*. Nessa perspectiva, a investigação sobre determinado objeto, implica um conhecimento da totalidade, que só é possível ao se apreender suas

determinações e conexões, relações e dimensões e formas de expressão e que também pode ser ilustrado no que diz Fontes (2010, p. 16),

[...] este exercício de reflexão crítica parte do reconhecimento de que não há um ponto acima ou ideal a partir do qual podemos descortinar o processo sócio histórico ou produzir conhecimento. Ao contrário, é mergulhando nele que o conhecimento se enriquece das inúmeras determinações que compõem o real, evidenciando as asperezas e contradições, e não as ocultando.

Mandel (1985, p.7), ao discorrer sobre as leis gerais de movimento do capital descobertas por Marx, faz a crítica ao reducionismo do entendimento sobre o método restrito a uma *progressão do abstrato ao concreto* [...] para Marx, o concreto era tanto o “ponto de partida efetivo quanto o objetivo final do conhecimento, que ele via como um processo [...]. Na continuidade de sua discussão, Mandel, afirma que, *uma progressão do abstrato para o concreto é necessariamente precedida, por uma progressão do concreto para o abstrato – pois o abstrato já é resultado de um trabalho prévio de análise que procurou separar o concreto, em suas relações determinantes* (ibid., p.8). O método de Marx é o método da reconstrução do real por meio do pensamento e da exposição crítica desse próprio real.

Assim, ao discorrer sobre a tríade, Estado, capital e trabalho que gestam a ordem societária presente fundada sobre a apropriação privada da riqueza socialmente produzida, sob os grilhões do Estado, como instrumento poderoso a serviço do capital que para se manter e se expandir produz crises cíclicas que aguçam as contradições entre capital e trabalho, assumindo a partir da década de 1970, características de uma crise estrutural (MÉSZÁROS, 2011). Esta ameaça a

falência do Estado, a destruição do meio ambiente e a subjugação da vida humana à violência e ao extermínio.

O Estado na ordem capitalista contemporânea

A ordem societária contemporânea é uma construção social, instaurada pela correlação de forças entre capital e trabalho mediada pelo Estado, e seu desenvolvimento, consolidação e expansão se alicerça pela apropriação e concentração da riqueza, socialmente produzida. Para tanto, o sistema do capital aliado ao Estado cria, recria e inventa mecanismos de controle e subjugação da força de trabalho para mantê-la subserviente e escrava, produzindo cada vez mais riquezas, ao mesmo tempo, que é obrigada a sobreviver em situação de pobreza cada vez mais extrema, chegando ao seu esgotamento.

A discussão construída no diálogo com os autores de referência, busca o entendimento teórico crítico das profundas mudanças e rupturas dessa ordem, em tempos de crise estrutural do capital, onde o Estado sob a égide neoliberal desempenha um papel cada vez mais nocivo aos trabalhadores para proteger e assegurar a continuidade da expansão e da exploração capitalista, como afirma Netto (2010, p. 19),

[...] o Estado burguês, mantendo o seu caráter de classe, experimenta um considerável redimensionamento. A mudança mais imediata é a diminuição da sua ação reguladora, especialmente o encolhimento de suas “funções legitimadoras” quando o grande capital rompe o “pacto” que suportava o *Welfare State*, começa a ocorrer a retirada das coberturas sociais públicas e tem-se o corte nos direitos sociais – programa tatcherista que corporifica a estratégia do grande capital de “redução do Estado”, num processo de “ajuste” que visa diminuir o ônus do capital no esquema geral de reprodução da força de trabalho (e das condições gerais da reprodução capitalista).

O Estado, conforme apontou Netto, na ordem societária presente, se reduz para o trabalhador e se amplia para capital e nessa dinâmica contraditória pactua com a barbárie e o extermínio de milhões de pessoas. Realidade já vivenciada em outro período histórico, sob outras determinações. Sobre esses horrores da história do capitalismo que transformou os produtores em trabalhadores assalariados, levando estes a vender a si mesmos, por não lhes restar mais nada para garantia de sua existência, Marx (1998, p.252) afirmou que, *a história dessa expropriação está inscrita nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo*. A história também é testemunha de que os trabalhadores reagiram. Suas lutas e resistências, mesmo que temporariamente, estabeleceram certos limites ao sistema, emplacando conquistas civilizatórias que hoje são objeto de defesa da classe trabalhadora, como os direitos sociais e trabalhistas, que podem ser ilustrados nas palavras de Behring (2016, p.17),

A política social e os direitos sociais, movidos pela contradição capital-trabalho, são processos históricos e sociais que têm origem nas leis fabris do século XIX, passando pela experiência bismarckiana³ no final do século XIX, o Relatório Beveridge, de 1942, e que orientou a experiência trabalhista e socialdemocrata dos chamados “anos de ouro”, entre 1945 e 1970. [...] compõem a pauta político-econômica dos trabalhadores tendo em vista sua reprodução, na forma de benefícios e serviços que se constituem como salários indiretos, e tornam-se especialmente importantes

³ Para aprofundar sobre o modelo de seguridade social alemão, que tem seu expoente Otto Bismark e que veio influenciar a maioria dos países que implantaram seu sistema de proteção social visto ser majoritariamente contributivo. Entre outros, ver: Elaine R. Behring e Ivanete Boschetti, *Política social. Fundamentos e história*. S. Paulo: Cortez, 2006; Ivanete Boschetti et. all. org., *Política social no capitalismo. Tendências contemporâneas*. S. Paulo: Cortez, 2008; José Paulo Netto, *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. S. Paulo: Cortez, 2009 e PEREIRA, Camila Potyara. *Proteção Social no Capitalismo: crítica a teorias e ideologias conflitantes*. São Paulo: Cortez, 2016.

quando se combinam com estruturas tributárias progressivas, ou seja, que incidem sobre o lucro, o juro e a renda da terra, sobre as grandes fortunas.

Assim, mesmo reconhecendo que as conquistas, nos limites da sociedade do capital, não alteram a ordem social dominante é indispensável defendê-las porque traz melhoria às condições de vida dos trabalhadores assalariados, como também garante àqueles que não acessam o mercado, seja por incapacidade e/ou desemprego, um mínimo para seu sustento.

Apesar das divergências teóricas e políticas que podem ser observadas entre pesquisadores dessa temática, não há dissenso quanto ao reconhecimento que a articulação das políticas sociais em um sistema integrado de regulação social e econômica, comumente designado de “sistema de proteção social”, passa a ser um componente fundamental das medidas anticrise após a crise de 1929. Nos países capitalistas da Europa ocidental, sob orientação keynesiana⁴ e beveridgiana⁵[...], as políticas sociais passam a estruturar um complexo (e eficiente, do ponto de vista capitalista) sistema público de (quase) pleno emprego de demanda efetiva e de direitos e serviços sociais que asseguram condições de bem estar até então inexistentes [...] (BOSCHETTI, 2016, p.26-27)

Considerando a lógica expansionista, exploradora e destrutiva do capital, que em sua incessante busca de lucros não dá tréguas ao trabalhador é que se pode ver a partir do último quadrante do século XX, começar a ruir, os direitos conquistados, especialmente nos

⁴ Sobre a teoria Keynesiana que deu sustentação para o pacto pós-guerra, com a intervenção do Estado na regulação econômica e social ver entre outros, Keynes, J.M. Teoria Geral do emprego, do juro e do dinheiro: inflação e deflação. São Paulo: Abril cultural, 1983. NUNES, M.J. O Pensamento de Keynes. Aspectos epistemológicos e metodológicos. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1998.

⁵ Aprofundar a discussão sobre o modelo de proteção social que veio emergir a partir do modelo inglês tendo como expoente, William Henry *Beveridge e que foi até hoje o único modelo não contributivo ver Plano Beveridge. Relatório sobre o seguro social e serviços afins. Rio de Janeiro: Editora Jose Olympio 1943.*

países centrais, onde se efetivaram, porque na periferia do capital, como é o caso do Brasil, estes ganhos foram quase invisíveis, muitos deles, antes mesmo de saírem do papel, estavam sendo destruídos, como bem ilustram as afirmações de Behring (2009, p.9-10),

[...] os “*Anos de Ouro*” do capitalismo “regulado” e da social democracia começam a se exaurir no final dos de 1960. As taxas de crescimento, a capacidade do Estado de exercer suas funções *mediadoras civilizadas* [...] As dívidas públicas e privadas cresceram perigosamente. A explosão da juventude em 1968, em todo o mundo, e a primeira grande recessão – catalisada pela alta dos preços do petróleo em 1973/1974 – foram os sinais contundentes de que o sonho do pleno emprego e da cidadania relacionada à proteção social estava abalado no capitalismo central e comprometido na periferia do capital onde não se realizou efetivamente.

Na sua versão neoliberal, o Estado é por excelência um instrumento a serviço do capital e as consequências para aqueles que, embora produzam a riqueza, dela não podem usufruir, se manifesta nos mais diversos espaços e dimensões, como a precarização dos vínculos trabalhistas, perda de postos de trabalho, perda de benefícios assistenciais, redução das políticas sociais, como assistência social, saúde e educação e as terceirizações e privatizações de toda ordem, ampliam os mercados para o capital, mesmo as custas da ampliação do desemprego, miséria, fome e violência. Sobre esse cenário, Katz (2016, p.81) afirma que,

O neoliberalismo contraiu os rendimentos da população, afetou a capacidade de consumo, aumentou a superprodução de mercadorias e agravou várias modalidades de superacumulação de capital. Além disso, intensificou uma deterioração do meio ambiente que ameaça desencadear desastres ecológicos inéditos [...] O neoliberalismo perdura pelo retrocesso que impôs aos trabalhadores. Sustenta-se do cansaço político gerado pela

alternância de conservadores e sociais democratas na administração do mesmo modelo. Tudo indica que a reversão desta etapa exigirá grandes vitórias populares de baixo para cima.

Para Mézáros (2015, p.28) o *Estado na sua composição na base material antagônica do capital não pode fazer outra coisa senão proteger a ordem sociometabólica estabelecida, defendê-la a todo o custo, independentemente dos perigos para o futuro da humanidade*. Logo o Estado é parte integrante desse processo de superexploração do trabalhador e dá sustentação à concentração e expansão sem precedentes do capital, transformando-se ele mesmo, em mais um mercado para capital, conforme Netto (2010, p. 29-30),

As corporações imperialistas, o grande capital, implementam a erosão das regulações estatais visando claramente a liquidação de direitos sociais, assalto ao patrimônio e ao fundo público, com a “desregulamentação” sendo apresentada como “modernização” que valoriza a “sociedade civil”, libertando-a da tutela do “Estado protetor” – e há lugar nessa construção ideológica, para a defesa da “liberdade”, da “cidadania” e da “democracia”.

Sobre o fundo público, como mais um mecanismo do capital para expansão e lucro, Salvador (2012, p.2-3) afirma que este é *alvo de disputa de interesses de diferentes forças privadas que buscam inserir suas demandas no orçamento estatal, se intensificando a partir da década de 1980 com a hegemonia do capital financeiro, sob a ordem neoliberal [...]* Discorre o autor, que o fundo público assume cada vez mais, um papel relevante para manutenção do capitalismo, tanto pela ampliação das políticas sociais que vão dar sustentação ao mercado de consumo, quanto na sua utilização para financiamento de políticas anticíclicas, em momentos de retração da economia, como também pelas mais diversas *formas de gastos sociais e de fi-*

nanciamento, incluindo a questão da manutenção e valorização do capital pela via da dívida pública.

Sob o manto das construções ideológicas se oculta a responsabilidade do capital e do Estado pelo sucateamento do que restou do público, pelo endividamento estatal, sem precedentes, pela perda diuturna de milhões de vidas, e a própria falência do Estado, professada midiaticamente ser causada pelos sistemas de proteção social, que ganham visibilidade nos constantes ataques a Previdência Social, mas essa tese oculta a verdadeira causa que é o assalto efetuado pelo capital. Cambaleante, esse se mantém a serviço do capital e hoje é comandado pelos grandes conglomerados financeiros globalizados. Sobre esse cenário, Mészáros (2015, p.26) diz que os problemas do Estado na ordem do capital, são cada vez maiores, [...] *as tendências [...] indicam o agravamento em todos os lugares, com as políticas de austeridade, impostas impiedosamente pelos governos capitalistas sobre a sua população trabalhadora.*

Em consonância com o pensamento de Mészáros, pode-se afirmar que o Estado é o escudo do capital e não importa a face que assuma, seja ela *ditatorial mais cruel ou pelo “rosto sorridente” das formações estatais liberal-democráticas do sistema do capital* (ibid.p.18), pois para defender essa ordem social, sem o menor constrangimento, este lança mão de seus aparelhos repressores, intensificando a violência, a fome e a barbárie tão ou mais aviltante, do que àquelas experimentadas na era industrial e assim, discutir o Estado, no atual estágio do capitalismo, remete às suas origens e percursos de desenvolvimento, mas principalmente, o retorno a Marx é imprescindível,

O Estado não pode eliminar a contradição entre a função e a boa vontade da administração, de um lado e os seus meios e possibilidades, de outro, sem eliminar a si mesmo, uma vez que repousa sobre essa contradição. Ele repousa sobre a contradição entre a vida pública e privada, sobre a contradição entre os interesses gerais e os interesses particulares [...], com efeito, essa dilaceração essa infâmia, essa escravidão da sociedade civil é o fundamento natural em que se apoia o Estado moderno [...] A existência do Estado e a existência da escravidão são inseparáveis (MARX, 2010, p.60).

Enganaram-se àqueles que acreditaram que os tempos áureos do chamado “Estado de Bem Estar Social”, era perene e as forças sociais teriam “domado” o capital. Na verdade foram algumas décadas de trégua, ainda que restrita aos países centrais, mais especificamente àqueles da região nórdica europeia que se desmantelam com em meio as transformações societárias em curso, intensificadas também pelos avanços tecnológicos, pela reorganização do capitalismo contemporâneo que destrói as estruturas estatais que ainda poderiam prover alguma condição de dignidade ao trabalhador.

Para Mandel (1985, p.339) [...] *há uma tendência inerente ao capitalismo tardio à incorporação pelo Estado de um numero sempre maior de setores produtivos e reprodutivos às “condições gerais de produção” que financia [...].* Exemplifica o autor as oportunidades de investimentos lucrativos que o Estado oferece nessa função de sustentáculo do capital, na indústria de armamentos, indústria do meio ambiente, obras de infraestrutura (*onde o lucrativo significa tornado lucrativo por meio da garantia de subsidio do Estado*). Destaca ainda o autor, que o capitalismo tardio é suscetível a constantes crises econômicas e políticas que podem ameaçar o sistema se o Estado não cumprir com uma de suas funções vitais, que é a administração das crises [...] *O capitalismo tardio caracteriza-se pela*

combinação simultânea da função econômica do Estado burguês, do esforço para despolitizar a classe operaria e do mito de uma economia onipotente, tecnologicamente determinada que possa supostamente superar os antagonismos de classe [...] (ibid. p.341).

A concepção de Estado em Mandel alicerça-se no que já dizia Marx, como sendo este o “comitê da burguesia” e sendo assim, a superação da ordem social capitalista exige também a supressão dessa forma de Estado porque lhe dá sustentação. Nas palavras do autor,

[...] as lutas por aumento de salários, realizadas pelos sindicatos e os direitos irrestritos de greve, as liberdades normais [...] os direitos de manifestação – tudo isso está se tornando cada vez mais intolerável ao capitalismo tardio. Portanto o Estado precisa restringi-la, enfraquece-la e aboli-la legalmente [...] o pré-requisito para a emancipação é a conquista do poder político e a demolição do aparelho de Estado burguês [...] (ibid.p.350).

Segundo Netto, (2010, p.21), embora sejam inequívocas as vitórias do grande capital nesse início do século XXI, elas não apontaram nada de ganhos aos trabalhadores e isto é óbvio, pois é da penalização destes, que o capital se mantém e se amplia, mas nem é tão óbvio assim é o fato de que as medidas tomadas até então, não eliminaram o *ciclo crítico da dinâmica capitalista (manifestado nas sucessivas crises abertas por aquela da Bolsa de Nova Iorque, em 1987, e até a mais recente, de 2008)* [...]. Nesse mesmo sentido, Mészáros (2015, p.15) destaca que,

SOB AS CONDIÇÕES do aprofundamento, da crise estrutural do sistema do capital, os problemas do Estado tornam-se, inevitavelmente cada vez maiores [...] tentativas de medidas corretivas de Estado – desde intervenções militares perigosas para enfrentar colapsos financeiros gra-

ves em uma escala monumental, incluindo as operações de resgate do capitalismo privado realizado pela crescente dívida pública da ordem de trilhões de dólares – parecem agravar os problemas [...]

Nessa passagem, Mészáros está colocando em questão o exaurimento do Estado, que está sob risco por seus atos ilegítimos, ilegais e indefensáveis, que lhe tira “fôlego” para continuar a “tapar o buraco sem fundo” do capital. Enquanto isso o trabalhador vive em situação cruel e desumana, alienado dos meios de prover o seu sustento e de sua prole, como também da sua condição humana e assim, produz e reproduz um sistema que pela lógica deveria destruir.

Não há dúvida de que o cenário atual é preocupante, é desolador, mas nem por isso deixa de ser possibilidade, pois se trata de construção histórica, logo passível de transformação e na perspectiva de Marx, via da prática social.

A Crise Estrutural do Capital e suas Refrações à Classe Trabalhadora

O sistema capitalista, desde as suas origens e ao longo de seu desenvolvimento, cria, aperfeiçoa e modifica seus mecanismos de domínio e subjugação dos produtores de riqueza. E não basta ao capital transformar o trabalhador em mercadoria pois, é preciso que esta mercadoria seja ainda mais supérflua e descartável que os próprios produtos por ele produzidos. Para isso o sistema se estrutura e se mantém sob práticas, fraudulentas que privilegiam o capital em detrimento da vida e da própria humanidade. Mészáros (2011, p.25-26) afirma que [...] *não importa quão corruptas possam ser tais práticas elas estão plenamente em sintonia com os contra-valores institucionalizados da ordem estabelecida [...]* *A fraudulência numa*

grande variedade de suas formas práticas, é a normalidade do capital. Essa realidade tem se tornado possível, por que a lógica do capital invadiu todas as esferas da sociedade, criando rachaduras severas à sociabilidade constitutiva do ser humano genérico. Em decorrência vem o estranhamento, esgarçando as relações sociais e se algumas destas relações restarem e expressarem algum tipo de resistência o Estado é chamado para reprimir, seja pela via jurídico ideológica ou pelos seus instrumentos de repressão.

Assim, o Estado do capital, expressão de Mészáros, ataca, flexibiliza e desregulamenta sem piedade os direitos trabalhistas, se desresponsabiliza com as políticas sociais de cunho universalistas e pela via privatização e da terceirização, de todo e qualquer bem público, nega o acesso aos trabalhadores que são os maiores cofinanciadores dessas políticas. Estas práticas cotidianas, despudoradamente ampliam o mercado do capital. Mas nem tudo isso é suficiente, para atender as demandas do capital, dada a sua condição vital, a expansão e o lucro incessantes. Suas crises cíclicas produzidas para manter e ampliar seus designios, a partir da década de 1970, assumem características de crise estrutural (MÉSZÁROS, 2003, 2011, 2015), nas palavras de próprio autor,

[...] A imensa expansão especulativa do aventureirismo financeiro – sobretudo nas últimas três ou quatro décadas - é naturalmente inseparável do aprofundamento da crise dos ramos produtivos da indústria, assim como das resultantes perturbações com a absolutamente letárgica acumulação de capital (na verdade, acumulação fracassada) no campo produtivo da atividade econômica. Agora, inevitavelmente, também no domínio da produção industrial a crise está ficando, muito pior. [...] crescimento do desemprego por toda a parte numa escala assustadora e a miséria humana a ele associada. Esperar uma solução feliz para esses problemas vinda das operações de resgate do Estado capitalista seria uma grande ilusão (2011. p. 25).

Ressalta o autor que em vivemos hoje submetidos ao *impacto destrutivo de uma relação simbiótica entre a estrutura legislativa do Estado da nossa sociedade e o material produtivo, bem como da dimensão financeira da ordem reprodutiva societária estabelecida* [...] que vem determinando os rumos da sociedade do capital em direção a barbárie e sua conseqüente destruição.

[...] as recentes tentativas de conter os sintomas da crise que se intensificam pela nacionalização – camuflada de forma cínica – de grandeza astronômica da bancarrota capitalista, por meio dos recursos do Estado ainda a serem inventados, só cumprem o papel de sublinhar as determinações causais antagônicas profundamente enraizadas da destrutividade do sistema capitalista. Pois o que está fundamentalmente em causa hoje não é apenas uma crise financeira maciça, mas o potencial de autodestruição da humanidade no atual momento do desenvolvimento histórico, tanto militarmente como por meio da destruição em curso da natureza (ibid. p.29)

Sobre esse ponto de vista Behring (2017 p.12) referenciada em Marx (1997) e (MÉSZAROS, 2002), vai afirmar que,

Os neoliberais estimularam uma lógica societária fundada na livre concorrência, que talvez pudesse se adequar ao século XVIII para impulsionar a modernidade, como admite Marx no seu *Manifesto Comunista* (1997). Mas tal lógica não serve ao terceiro milênio, a não ser para impulsionar o retrocesso, a destruição e a barbárie.

Os neoliberais foram maestros em mentir, representar e enganar e até fizeram a humanidade acreditar que o mercado responderia, evidentemente com a força dos grilhões do Estado e a patrulha ideológica em todos os espaços sociais. Contudo estão sendo descobertos. Em outros termos diz Mézáros (2011, p. 28), [...] a fantasia renovada periodicamente de regular o capitalismo de um modo es-

truturalmente significativo só pode resultar numa tentativa de dar nó nos ventos.

As manifestações de barbárie que já integram o cotidiano e afetam diretamente os trabalhadores e para ilustrar essa realidade vejamos uma das conclusões de Silva (2017, p.5-6), ao discutir o desmonte da Previdência Social brasileira. Mostra a autora que os médicos peritos do INSS, estão recebendo além dos salários um bônus para revisar benefícios, mas pelos resultados o que estão a fazer são cortes de benefícios assistenciais, amparado por medidas provisórias 739/07/2016 e 767/01/2017, conforme retrata a divulgação do governo em agosto de 2017, quando informa que até 14 de julho do mesmo ano, foram realizadas 199.981 perícias e 180.268 benefícios foram “cortados”, logo o percentual de cortes está acima de 80% e diz ainda que sua meta é *“economizar” R\$10 bilhões ao ano em auxílio-doença e aposentadorias por invalidez*. Essas cifras publicadas, na sua aparência compõem um decurso midiático de “corte de privilégios”, mas na sua essência significam a penalização severa do trabalhador, envelhecido e adoecido e que com certeza não tem lugar no mercado de trabalho, afinal como poderia concorrer com mais de 12 milhões de desempregados? Essa, é apenas uma amostra das barbáries que descarta e extermina o trabalhador e que está a invadir todos os quadrantes do planeta, dada a hegemonia neoliberal, em curso, que também pode ser ilustrada nas palavras de Netto (2010, p. 28),

Do ponto de vista político, as medidas de “ajuste” e “flexibilização/desregulamentação/privatização”, [...] penalizaram fortemente os trabalhadores. Custaram-lhes, em primeiro lugar, seus postos de trabalho [...] em segundo lugar, mediante o aumento da exploração, compressões sobre os

salários daqueles que conseguiram manter seus empregos, derivando em ponderável aviltamento do padrão de vida. Custaram-lhes, em terceiro lugar, um forte ataque aos sistemas públicos de seguridade social. [...] mais de três décadas de “flexibilização” do tardo-capitalismo – e, aqui, o que se constata é que a pauperização absoluta e a relativa, conjugadas ou não, *cresceram*, mesmo que diferencialmente, *para a maioria esmagadora da população do planeta* [...]

Assim, decifrar essa realidade que a priori parece estar se fechando, perdendo o movimento dialético, as contradições que a engendra, são desafios postos àqueles que acreditam que os homens fazem a história, mesmo que em condições determinadas e nessa direção as lutas e enfrentamentos na defesa intransigente dos direitos sociais conquistados, mesmo que nos limites da sociedade de classe, é uma estratégia que não pode ser relegada, porque implica retrocesso no campo político, considerado um estágio à emancipação humana. Retrocessos esses, lembrados por Antunes, ao fazer a introdução da obra de Mészáros, “A crise estrutural do capital” (2011, p.10) quando vai afirmar que a ordem do capital deu conta de decretar,

[...] a falência dos dois mais arrojados sistemas estatais de controle e regulação do capital experimentado no século XX. O primeiro, de talhe Keynesiano, que vigorou especialmente nas sociedades capitalistas marcadas pelo “Welfare State”. O segundo do “tipo soviético” (vigente, conforme Mészáros, na URSS, e nas demais “sociedades pós-capitalistas”), que, embora fosse resultado de uma revolução social que procurou destruir o capital, foi por ele fagocitado.

A voracidade do capitalismo para saciar sua permanentemente expansão e acumulação, passa a deslocar-se da periferia, onde a condição de dependência ou das práticas imperialistas dão sinais de esgotamento para o centro e de acordo com Fontes (2010 p. 66), assiste-se uma redução veloz das distancias entre o centro e periferia,

[...] as mesmas práticas tornam-se corriqueiras em todos os países, com fraudes eleitorais, manipulações grosseiras da “opinião pública”, sindicatos pelegos, máfias diversificadas e escândalos de corrupção não mais limitados ao que se convencionou chamar de “periferias”. A ameaça recorrente do desemprego aprofunda-se nos países centrais por meio da apropriação de direitos que limitavam a disponibilização da força de trabalho; modificações perversas nas modalidades de contratação de força de trabalho intensificam-se indiscriminadamente.

A mesma autora aponta ainda, que o esgotamento da expropriação imperialista se expressa também no endividamento dos estados. Dívidas estas impagáveis. Mészáros (2011, p.22) ao analisar o endividamento dos estados, mostra somas em trilhões que foram retirados dos cofres públicos com a justificativa de salvar o sistema o que o autor, “*denomina de nacionalização da bancarrota do capital*”, e como resultado veio a nacionalização de bancos e de empresas multinacionais. Observa ainda que [...] *políticos e banqueiros endinheirados parecem pensar apenas nos zeros, [...] é preciso mais do que zeros para escapar do buraco sem fundo do endividamento global ao qual estamos condenados pelo sistema que eles agora querem salvar a todo custo.*

Nesse cenário desolador, como construir a resistência, diante da pequena expressão do movimento dos trabalhadores, considerando o que afirma Netto (2010, p.14),

[...] No conjunto dos que vivem da venda da sua força de trabalho, está claro que a classe operária que fixou a sua identidade classista (sindical e político-partidária) enfrentando o capitalismo monopolista experimenta mudanças significativas, afetada que é por diferenciações, divisões, cortes e recomposições.

Os trabalhadores estão hoje em uma encruzilhada, que guarda semelhança com aquela da era industrial que motivou Marx a

decifrar “estrutura e dinâmica da sociedade burguesa”, sendo que suas teses, até hoje são referência ímpar, para alicerçar resistências.

[...] o modo de produção capitalista experimentou transformações de monta, que se refratam distintamente nas diversas formações econômico-sociais [...] Ainda que se registrem polêmicas acerca da natureza e das complexas implicações dessas transformações, bem como do ritmo em que levam o modo de produção capitalista a aproximar-se dos seus limites estruturais, duas inferências parecem-me inquestionáveis: 1ª. Nenhuma dessas transformações modificou a essência exploradora da relação capital/trabalho; pelo contrário, tal essência, conclusivamente planetarizada e universalizada, exponencia-se a cada dia; 2ª. A ordem do capital esgotou completamente as suas potencialidades progressistas, constituindo-se, contemporaneamente, em vetor de travagem e reversão de todas as conquistas civilizatórias (ibid., p. 23).

Contudo é importante destacar que estas práticas deletérias do capital não são uniformes, pois avançam em cada país, conforme a correlação de forças e o estágio de desenvolvimento das forças produtivas. No Brasil, como nos demais países latino-americanos, também conhecidos como países de economia dependente, a condição dos trabalhadores é ainda mais penosa, haja visto o que afirma Marini (1973, p.37) *o fundamento da dependência é a superexploração do trabalho,*

A relação positiva entre o aumento da força produtiva do trabalho e a maior exploração do trabalhador, que adquire um caráter agudo na economia dependente, não é privativa dela, mas é inerente ao próprio modo de produção capitalista. Isso se deve à maneira contraditória como essas duas formas fundamentais de exploração incidem no valor da produção e, por consequência, na mais-valia que esta gera (p.34).

Para o mesmo autor, a superexploração é mais bem definida, *pela maior exploração da força física do trabalhador; em contraposi-*

ção à exploração resultante do aumento de sua produtividade, sendo que geralmente a força de trabalho se remunera abaixo de seu valor real (p. 33). Então conclui Marini, que as implicações da superexploração transcendem o plano da análise econômica e devem ser estudadas também do ponto de vista sociológico e político (ibid. p.37).

Já Fontes (2010, p.13) ao abordar essa realidade sob a ótica do imperialismo, reconhece ser uma construção histórica, *expansiva e totalizante*, trazendo suas modificações ao longo dos anos, e ressalta que se mantem viva a contribuição de Lenin, ao afirmar que,

Brilhantemente, este autor mostrou que a escala de acumulação atingida na virada do século XIX para o XX *alterou o teor do capitalismo*, que passou a realizar-se sob a forma do imperialismo. Como pensar, de maneira fiel à sua exigência, os saltos gigantescos de escala na acumulação capitalista iniciados após a Segunda Guerra Mundial? Novas determinações resultaram da própria disseminação do imperialismo, quando, para além de dominar o planeta, intensificaram-se tanto as lutas sociais quanto a penetração difusa e desigual – porém estreitamente conectada – das relações sociais próprias do capitalismo, a ponto de o capitalismo tornar-se a forma da vida social, de maneira generalizada e profundamente assimétrica.

Estamos assim, diante de uma realidade que vista sob a ótica ou dependência ou do imperialismo mostra quão severas são as consequências vividas pelos trabalhadores nestes continentes, para dar sustentação ao capital nas economias centrais que também exploram as demais nações periféricas do globo terrestre. Mas atualmente essa expansão e suas formas de expropriação já se mostram insuficientes, conforme destaca Fontes (ibid. p.65),

Esse fenômeno contemporâneo, ao converter massivamente a população em meros indivíduos ofertadores de sua capacidade de trabalho, de maneira mundial, permite supor, ao contrário, o acirramento da luta social

atualmente dispersa. A contraposição está a cada dia mais evidente entre a concentração do capital, de forma direta e brutal, e a dispersão que impõe a seus oponentes. [...] A grande diferença atual é que fraudes e roubos cometidos pelos países imperialistas, sobretudo, fora de seu território passaram agora a fazer parte do seu próprio cotidiano.

Essa nova dinâmica do capital que ao ver esgotada sua expropriação nos continentes periféricos e caminhar para o centro vai encontrar maior resistência. A aposta daqueles que vivem da venda de sua força de trabalho é que essa realidade possa juntar o elo perdido entre trabalhadores para conseguir avançar para além das resistências pontuais. O cenário indica que em tempos de crise estrutural do capital a vida do trabalhador é ceifada sem pudores, mas a história é testemunha que essas atrocidades não ocorrem sem luta e resistência que se mostram indispensáveis no tempo presente, pois não mais se trata de proteger o trabalhador, mas o futuro da própria humanidade.

Conclusão

A aproximação ao tema foi um convite ao aprendizado e alertou sobre a distância a se percorrer para uma construção teórica fundamentada criticamente. Também deu amostras do tamanho do desafio para decifrar a realidade e ir além de sua aparência, mas não é só isso, pois na teoria social de Marx, não basta decifrar o mundo é preciso transforma-lo e no presente, essa máxima é imperativa, pois a humanidade, como um todo, está ameaçada em sua existência.

O diálogo com os autores, propiciou de um lado, ampliar as angústias ao descortinar um contexto de implicações severas

às condições de vida daqueles que vivem do trabalho ou como diz Netto (2010), que vendem sua força de trabalho. Mas de outro, o entendimento de que o capitalismo tardio, conforme Mandel (1985), encontra-se em esgotamento, ou em outros termos como apontam os estudos e obras de Mészáros (2003; 2011; 2015) são tempos de crise estrutural do capital e do Estado em falência, pois mesmo depois de tanta espoliação e miséria a que tem submetido o trabalhador o sistema do capital não sacia sua ganancia, exigindo dos produtores da riqueza, a reinvenção de práticas, lutas e resistências ou então caminhar rumo a barbárie que já mostra seus sinais.

A ordem deletéria atual, imposta à humanidade pelo capital pode ser superada e a orientação marxista, ilustrada nas palavras de Netto (2010, p.38) diz que a única saída é [...] *a ultrapassagem das organizações societárias assentadas na propriedade privada dos meios fundamentais de produção e na decisão privada da alocação do excedente econômico*. Ou em outros termos, conforme as conclusões de Mészáros (2011, p.11) o sistema do capital *tem seu núcleo central formado pelo tripé capital, trabalho assalariado e Estado, três dimensões fundamentais e diretamente inter-relacionadas, o que impossibilita a superação do capital sem a eliminação do conjunto dos três elementos que compreendem esse sistema*.

Considerando as afirmações dos autores de referência pode-se afirmar que as transformações necessárias à supressão da ordem social vigente só poderá ser instituída se o trabalhador, o produtor da riqueza que não pode usufruir assumir o combate a essas estruturas que os escravizam e os exterminam secularmente.

Assim, esperamos que a complexidade dos desafios postos e as desumanidades vivenciadas no presente sirvam de motor para impulsionar as lutas e radicalizar a crítica a essa ordem social, contraditória e histórica e justamente por isso, passível de transformação, conforme Marx, pela via da prática social.

Referências

ANTUNES, Ricardo. A Substância da Crise. In: *A Crise Estrutural do Capital*. São Paulo, Boitempo, 2011

BEHRING, Elaine Rossetti. A Política Social no contexto da crise capitalista In: *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais* CFESS/ABEPSS, Brasília 2009.

_____. A condição da política social e a agenda da esquerda no Brasil. In. *SER Social*, Brasília: v. 18, n. 38, p. 13-29, jan.-jun./2016.

_____. *Fundo público, exploração e expropriações no capitalismo em crise*. Disponível em: <<http://www.niepmarx.blog.br/MM2017/anais2017/MC44/mc443.pdf>>.

BOSCHETTI, Ivanete. *Assistência Social e Trabalho no Capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2016.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. 2ª ed., Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

KATZ, Claudio. *Neoliberalismo, Neodesenvolvimentismo, Socialismo*. São Paulo: Expressão popular: Perseu Abramo, 2016.

LUXEMBURGO. *Reforma ou revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social* 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. In: MIA> Biblioteca> Marini > Novidades. 1973.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. 3ª ed., São Paulo, Nova Cultural, 1988.

_____. *Glosas críticas marginais ao artigo “o rei da Prússia e a reforma social” De um Prussiano*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. Engels (Org). Osvaldo Coggiola. Boitempo São Paulo, 2005.

MÉSZÁROS, Istvan. *Para Além do Capital: Rumo a uma teoria da transição*. Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. 1ªed. São Paulo, Editora da UNICAMP/Boitempo Editorial, maio de 2002.

_____. *A Crise Estrutural do Capital*. São Paulo, Boitempo, 2011.

_____. *A Montanha que Devemos Conquistar: reflexões a cerca do Estado*. São Paulo: Boitempo, 2015.

NETTO, José Paulo. *Uma Face Contemporânea da Barbárie*. Artigo baseado na comunicação apresentada na sessão temática “O agravamento da crise estrutural do capitalismo: o socialismo como alternativa à barbárie” do III Encontro Internacional Civilização ou Barbárie (30 de outubro a 1º de novembro de 2010).

_____. *Introdução ao estudo do método de Marx*. 1ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SALVADOR, Evilásio. *Fundo Público e o Financiamento das Políticas Sociais no Brasil*. In: SERV. SOC. REV., LONDRINA, V. 14, N.2, P. 5 04-22, JAN./JUN. 2012.

SILVA, Maria Lucia Lopes. *Contrarreforma e “corte” de benefícios: o lucro com a miséria*. Texto Publicado no Le Monde Diplomatique Brasil, ed. Nº 123 de outubro de 2017. Disponível em: <<http://diplomatique.org.br/contrarreforma-ecorte-de-beneficios-o-lucro-com-a-miseria/>>.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia Contra o Capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.